



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Desenvolvimento dos cursos de internato complementar de medicina e de enfermagem

Em 2018, o Governo criou a academia de medicina especializada, o que resultou na regulamentação da formação de médicos especialistas, constituindo um marco da entrada do sector da saúde e da formação de talentos numa nova fase de desenvolvimento. A sociedade espera que a academia consiga elevar o nível dos cuidados de saúde especializados e satisfazer as necessidades da população, enquanto o sector espera poder melhorar os seus conhecimentos profissionais e usufruir de melhores oportunidades de desenvolvimento profissional.

Com o desenvolvimento da sociedade, os residentes dão cada vez mais atenção à sua própria saúde, e devido ao envelhecimento da população, a procura de cuidados de saúde especializados será cada vez maior. De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), o número dos doentes que recorrem a consultas de especialidade no hospital público tem aumentado anualmente, por exemplo em 2018 registaram-se cerca de 1,7 milhões e, em 2019 cerca de 1,9 milhões, registando-se um aumento superior a 5,5%. No entanto, em 2019, o Governo tinha apenas 539 médicos especialistas, portanto, prevê-se, por alto, que a média anual de consultas médicas por médico especialista atinja 3500 pessoas. Nos últimos anos, o Governo abriu vários concursos para o preenchimento de vagas de internato complementar, mas o total de médicos especialistas continua a ser insuficiente, e mais, a actual academia de medicina especializada ainda não dispõe



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de planos de formação de especialidade para os médicos que não estejam inseridos nos cuidados de saúde públicos, o que reduz o efeito de complementaridade dos cuidados de saúde especializados entre os sectores público e privado.

O “Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde” entrou em vigor no ano passado, mas as matérias relativas às especialidades médicas e de enfermagem são definidas por regulamento administrativo complementar. Ao mesmo tempo, o Governo propõe ainda a revisão do actual Regime da carreira de enfermagem no respeitante às especialidades de enfermagem, e, caso o profissional possua habilitações numa especialidade, pode ser nomeado, em comissão de serviço, como enfermeiro-especialista, até conseguir ingressar na respectiva categoria do quadro. O Governo ainda vai, mais tarde, disponibilizar as respectivas directrizes. Mais, há também planos para uniformizar os cursos de especialização de enfermagem ministrados pelo Instituto de Enfermagem Kiang Wu e pelo Instituto Politécnico de Macau, no entanto, até ao momento, ainda não foram divulgadas informações concretas sobre estes trabalhos, pelo que os profissionais da área da medicina e da enfermagem estão muito preocupados sobre os cursos de formação dos internatos complementares.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Com o desenvolvimento da sociedade, os residentes dão cada vez mais atenção à sua saúde e, devido ao envelhecimento da população, a procura e a expectativa dos residentes em relação aos cuidados de saúde especializados aumentam cada vez mais. Quando é que o Governo vai concluir o regime de formação e as estratégias de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

desenvolvimento dos profissionais de saúde, com vista a elevar, em qualidade e em quantidade, os cuidados de saúde especializados em Macau?

2. Qual é o ponto de situação dos trabalhos relativos ao regulamento administrativo complementar para a formação de especialistas em internato complementar e em enfermagem? Já se iniciaram os trabalhos de revisão da lei do Regime da carreira de enfermagem e o planeamento dos respectivos cursos?

3. Com vista a uma melhor complementaridade na medicina especializada entre as três partes, isto é, serviços de saúde públicos, não lucrativos e privados, há que apoiar os médicos e o pessoal de enfermagem do sector privado no âmbito da formação e na articulação com o regime de inscrição nas especialidades médicas, oferecendo-lhes melhores oportunidades de desenvolvimento profissional. Como é que os serviços competentes vão fazer isso?

22 de Janeiro de 2021

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng